

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da Universidade Federal do Paraná apresenta Desenvolvimento, Políticas Públicas e Saúde, quinto volume da Coleção Litoral do Paraná: territórios e perspectivas.

O projeto, iniciado em 2016, resulta de um esforço de construção coletiva e multidisciplinar de diversos pesquisadores que se dedicam a pensar questões relacionadas ao desenvolvimento territorial e à sustentabilidade, especialmente no litoral paranaense, considerando suas dinâmicas e possibilidades.

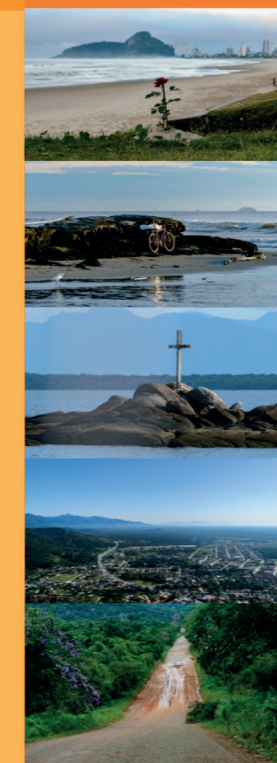
Em consonância com os volumes anteriores e com os objetivos do PPGDTS, o presente volume expõe uma diversidade de olhares sobre o contexto litorâneo, problematizando aspectos territoriais e socioambientais, ligados a temáticas como trabalho, desenvolvimento, educação e saúde. Composto por 16 capítulos, contribui para a ampliação do acervo de saberes e reflexões sobre a região, ao mesmo tempo em que suscita questões que podem se tornar objetos de novas pesquisas e produções.



VOLUME V: DESENVOLVIMENTO,  
POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

LITORAL DO PARANÁ:  
TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS  
Volume V: Desenvolvimento, Políticas  
Públicas e Saúde



LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS:

Organizadores:  
Alan Ripoll Alves  
Diomar Augusto de Quadros  
Luiz Everson da Silva  
Luciana Vieira Castilho-Weinert  
Marisete T. Hoffmann-Horochovski



Programa de  
Pós-graduação em  
Desenvolvimento  
Territorial  
Sustentável



  
BRAZIL PUBLISHING

# **LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS**

Volume 5: Desenvolvimento, Políticas Públicas e Saúde



BRAZIL PUBLISHING

### Conselho Editorial Internacional

<b>Presidente:</b> Prof. Dr. Rodrigo Horochovski	(UFPR - Brasil)
Prof <sup>ª</sup> . Dra. Anita Leocadia Prestes	(ILCP - Brasil)
Prof <sup>ª</sup> . Dra. Claudia Maria Elisa Romero Vivas	(UN - Colômbia)
Prof <sup>ª</sup> . Dra. Fabiana Queiroz	(Ufla - Brasil)
Prof <sup>ª</sup> . Dra. Hsin-Ying Li	(NTU - China)
Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet	(PUC/RS - Brasil)
Prof. Dr. José Antonio González Lavaut	(UH - Cuba)
Prof. Dr. José Eduardo Souza de Miranda	(UniMB - Brasil)
Prof <sup>ª</sup> . Dra. Marilia Murata	(UFPR - Brasil)
Prof. Dr. Milton Luiz Horn Vieira	(UFSC - Brasil)
Prof. Dr. Ruben Sílvio Varela Santos Martins	(UÉ - Portugal)



ROUSSEAU

### Comitê Científico da área Ciências Ambientais

<b>Presidente:</b> Prof. Dr. Joelma Estevam	(UFPR - Educação/Tecnologia)
Prof. Dr. José E. Feger	(UFPR - Administração/Turismo)
Prof. Dr. Albo Carlos Cavalheiro	(UEL - Matemática)
Prof <sup>ª</sup> . Dra. Graziella Patrício Pereira Garcia	(UninCor - Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos)
Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher	(IFFar - Educação)

### Conselho Editorial Consultivo

Alan Ripoll Alves (UFPR)	Luciano Fernandes Huergo (UFPR)
Carla Daniele Straub (UFPR)	Luiz Everson da Silva (UFPR)
Christiano Nogueira (UFPR)	Luiz Belmiro Teixeira (IFPR)
Cintia Tortato (IFPR)	Marcelo Silva da Silva (UFPR)
Daniel Gustavo Fleig (UFPR)	Maria Marce Moliani (UEPG)
Daniela Resende Archanjo (UFPR)	Marisete T. Hoffmann-Horochovski (UFPR)
Diomar Augusto de Quadros (UFPR)	Patricia Martins (IFPR)
Elaine Cristina de Oliveira Menezes (UFPR)	Ricardo Cid Fernandes (UFPR)
Elisângela Maia Pessoa (UNIPAMPA)	Sandra Mara Maciel-Lima (UNICURITIBA)
Leandro Ângelo Pereira (IFPR)	Sandra Simm Rohrich (UFPR)
Lucia Helena Alencastro (UFPR)	Tainá Ribas Melo (UFPR)
Luciana Vieira Castilho-Weinert (UFPR)	Wagner Rodrigo Weinert (IFPR)

Durante o processo de edição desta obra, foram tomados todos os cuidados para assegurar a publicação de informações precisas. Do mesmo modo, foram empregados todos os esforços para garantir a autorização das imagens aqui reproduzidas. Caso algum autor ou leitor sinta-se prejudicado, favor entrar em contato com a editora.

Os autores e organizadores eximem-se da responsabilidade por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer consequências decorrentes da aplicação das informações presentes nesta obra. É responsabilidade do profissional, com base em sua experiência e conhecimento, determinar a aplicabilidade das informações em cada situação.

A avaliação dos manuscritos foi realizada pelo processo duplo-cego, no qual os avaliadores não tinham acesso ao(s) nome(s) do(s) autor(es) e vice-versa.



© Brazil Publishing Autores e Editores Associados  
Rua Padre Germano Mayer, 407  
Cristo Rei - Curitiba, PR - 80050-270  
+55 (41) 3022-6005



Associação Brasileira de Editores Científicos  
Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar, Sala 75  
Botucatu, SP - 18603-550  
+55 (14) 3815-5095



Associação Brasileira de Normas Técnicas  
Av. Treze de Maio, 13, 28º andar  
Centro - RJ - 20031-901  
+55 (21) 3974.2324



Câmara Brasileira do Livro  
Rua Cristiano Viana, 91  
Pinheiros - SP - 05411-000  
+ 55 (11) 3069-1300

### Comitê Editorial

**Editora-Chefe:** Sandra Heck

**Editor Superintendente:** Valdemir Paiva

**Editor Coordenador:** Everson Ciriaco

**Diagramação e Projeto Gráfico:** Rafael Chiarelli

**Arte da Capa:** Luciana Ferreira / **Fotografias da Capa:** Diomar Augusto de Quadros

**Finalização de capa:** Paula Zettel

**Revisão de Texto:** Os autores

**DOI:** 10.31012/978-65-5861-091-5

**Orgão Financiador:** Obra financiada com os recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

L776

Litoral do Paraná: território e perspectivas - desenvolvimento, políticas públicas e saúde / organização de Alan Ripoll Alves ...  
[et al.] - 1.ed. - Curitiba: Brazil Publishing, 2020.  
v.5, 432p.: il.; 23cm

Vários colaboradores  
ISBN 978-65-5861-088-5

1. Litoral (PR) - Sustentabilidade. 2. Litoral (PR) - Turismo. 3. Litoral (PR) - Aspectos socioambientais. I. Alves, Alan Ripoll (org.). II. Quadros, Diomar Augusto de (org.). III. Weinert, Luciana Vieira Castilho (org.). IV. Silva, Luiz Everson da (org.). V. Horochovski, Marisete Teresinha Hoffmann (org.).

CDD 981.62 (22.ed)  
CDU 981.62



[1ª edição - Ano 2020]  
[www.aeditora.com.br](http://www.aeditora.com.br)

**Alan Ripoll Alves**  
**Diomar Augusto de Quadros**  
**Luciana Vieira Castilho-Weinert**  
**Luiz Everson da Silva**  
**Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski**  
Organizadores

# **LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS**

Volume 5: Desenvolvimento, Políticas Públicas e Saúde

## Autores

**Adriana Lucinda de Oliveira**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Alan Ripoll Alves**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Allan Paul Krelling**  
Instituto Federal do Paraná, IFPR  
**Ana Clara Gomes Picolli**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Anielly Dalla Vecchia**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Clóvis Wanzinack**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Cristina Teixeira**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Daniela Bianchini**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Diomar Augusto de Quadros**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Eliane Siqueira Oliveira**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Elvis Canteri de Andrade**  
Instituto Federal do Paraná, IFPR  
**Emerson Joucoski**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Emerson Luis Pawoski da Silva**  
Instituto Federal do Paraná, IFPR  
**Emerson Luis Tonetti**  
Instituto Federal do Paraná, IFPR  
**Erick Renan Xavier de Oliveira**  
Instituto Federal do Paraná, IFPR  
**Everaldo dos Santos**  
Instituto Federal do Paraná, IFPR

**Fernanda Francis Alvares**  
Prefeitura Municipal de Guaratuba  
**Fernanda Reis**  
Universidade Federal da Bahia, UFBA  
**Hugo Alberto Perlin**  
Instituto Federal do Paraná, IFPR  
**Ivan Jairo Junckes**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**João Rafael Deron**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**José Lannes de Melo**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Lázara Luana Otto de Oliveira**  
Prefeitura Municipal de Matinhos - PR  
**Leandro Angelo Pereira**  
Instituto Federal do Paraná, IFPR  
**Loide Sulamita Mendes do Nascimento**  
Secretaria de Educação do Estado do Paraná, SEED-PR  
**Luciana Vieira Castilho-Weinert**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Marcos Claudio Signorelli**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Marcus Aurélio Soares da Silva**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Marisete T. Hoffmann-Horochovski**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Maurício Polidoro**  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul, IFRS  
**Mayra Taiza Sulzbach**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Michael Cordeiro**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR

**Paulo Roberto Homem de Góes**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Rafael Lopes Ferreira**  
Centro Universitário Internacional, Uninter  
**Rangel Angelotti**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Roberto Eduardo Bueno**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Rodrigo Arantes Reis**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Rodrigo Rossi Horochovski**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Ronaldo Ribeiro Jacobina**  
Universidade Federal da Bahia, UFBA  
**Silvana Márcia P. S. Coelho**  
Universidade Federal da Bahia, UFBA  
**Silvana Marta Tumelero**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Tamara Van Kaick**  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR  
**Thais Caroline Rodrigues Penas**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Tieme Carvalho Nishiyama**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Valdir Frigo Darnardin**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Valéria dos Santos de Oliveira**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR  
**Viviani Aparecida Cruz**  
Universidade Federal do Paraná, UFPR



BRAZIL PUBLISHING







# RETRATO DAS VIOLÊNCIAS NO LITORAL DO PARANÁ: ESTUDO RETROSPECTIVO (2014 A 2017) BASEADO EM INDICADORES

*Viviani Aparecida Cruz  
Clovis Wanzinack  
Mauricio Polidoro  
Marcos Claudio Signorelli*

## **Introdução**

A violência é um fenômeno complexo e multicausal cuja definição percorre diferentes perspectivas teóricas. Não existem consensos quanto ao conceito de violência, portanto, discorreremos sobre algumas das principais abordagens do tema no decorrer desta introdução. Na Filosofia, Platão (2002) compreende a violência a partir de dois aspectos, o primeiro, o da violência ativa, que é uma força de sedução que os tiranos exercem e, em segundo, a violência reativa, que surge na forma de revolta causada pelo desespero. Para Kant (2003), a violência é causada pela falta de consciência e moral, enquanto Marx (1872) à luz da luta de classes menciona uma violência social conflituosa, que se estabelece com mais vigor após a ascensão da burguesia ao poder, de onde deriva a teoria do conflito de Marx (1872).

Para Zizek (2010), é possível analisar a violência objetiva como resultado do sistema capitalista em vigor, porém também há uma economia simbólica, como defende Bourdieu (1987), que gera uma violência subjetiva e simbólica. Tendo assim uma relação subjetiva e objetiva em um mesmo conceito, pois a violência não é apenas o ato de agressão física, material e objetiva.

Ao longo da história da Humanidade foram diversas as formas de explicar o fenômeno da violência. A filosofia aristotélica utilizou a ideia de prudência como solução para os conflitos. Outras correntes de pensamento se utilizaram das teorias biológicas, hoje amplamente refutadas, pois partem de uma perspectiva racista e reducionista. O médico e antropólogo italiano Cesare Lombroso (1835-1909), um dos precursores da frenologia<sup>1</sup>, afirmava que a herança biológica poderia explicar as ações e certos comportamentos agressivos, utilizando-se de termos científicos e biológicos para sustentar sua tese. Para Lombroso e os seus discípulos, incluindo o médico brasileiro Nina Rodrigues e o médico endocrinologista Leonídio Ribeiro, um acurado mapeamento do fenótipo poderia prever determinados comportamentos violentos. No contexto do Brasil colonial tal ideia se assimilava de maneira quase que perfeita para o momento histórico do fim da escravidão e o necessário reenquadramento social posto pelas novas relações sociais. O racismo científico, no final do século XIX, traz uma nova roupagem ao conceito do Outro, o selvagem e sem espírito, que vigorou por séculos no processo de colonização das Américas e da África.

Na psicanálise, Freud (1974) coloca a violência como inerente ao ser humano. Para o autor, o instinto da agressividade humana, da morte, está em equilíbrio com o instinto de vida, pois se busca a preservação do indivíduo e da espécie. Por outro lado, autores da teoria racial crítica (BONDS, 2015; BONDS, 2018; CLARNO, 2017; DELANEY, 2002) E DA DECOLONIALIDADE (FANON, 2002; FANON, 2008; CESÁIRE, 2010; MEMMI, 2007;

---

1 A frenologia, em resumo, foi uma pseudociência desenvolvida pelo alemão Franz Joseph Gall (1758 - 1828) que encarava o cérebro como um órgão da mente que possuía funções específicas que implicava os comportamentos humanos. A Sociedade Frenológica de Edimburgo (1820) foi uma das instituições mais importantes que propagava a ideia de que, com a supremacia da técnica na análise e descrição da caixa craniana, era possível prever comportamentos e impedi-los que ocorressem. A frenologia auxiliou na propagação global do racismo, com impacto relevante em sociedades colonizadas e que utilizaram do tráfico transatlântico como forma de desenvolvimento econômico.

MBEMBE, 2018; DUSSEL, 2000; DUSSEL, 2016; CRUZ, 2017; QUIJANO, 2002; QUIJANO 2005) associam a violência ao processo colonial que, amparado num regime dicotômico sobre o gênero e a raça utiliza-se, historicamente, do estupro, da violação, da pobreza e tantas outras manifestações da violência como estratégias de manutenção da supremacia branca. Tal regime, para estes autores, opera em múltiplas escalas, organizando nações, comunidades e as subjetividades individuais e coletivas.

Uma das manifestações mais visíveis da violência é a física, que se materializa em agressões, homicídios e guerras, considerada apenas a ponta do *iceberg*, pois é apenas onde transparece uma cadeia muito mais profunda que abrange vários tipos de violência. A violência de classe e social pode gerar violência simbólica ou psicológica, que por fim culmina em agressão física, homicídio ou até mesmo em conflitos armados entre países.

Mais recentemente, organismos internacionais tentam sintetizar um conceito de violência de maneira abrangente. Delimitamos para uso no presente artigo, o conceito trazido no *Relatório mundial sobre violência e saúde* da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), no qual define o problema como:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

No presente texto compreendemos a tipologia de violência a partir de OMS (2015), que a caracteriza em três grupos: 1) violência contra si mesmo (autoprovocada ou auto infligida); 2) violência interpessoal (doméstica e comunitária); e 3) violência coletiva (grupos políticos, organizações terroristas, milícias, guerras, entre outros).

Neste capítulo abordaremos apenas as violências interpessoais e autoprovocadas. A violência autoprovocada ou autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. A violência interpessoal se desdobra em dois subgrupos, sendo o primeiro a violência doméstica/intrafamiliar, considerada a que ocorre entre os parceiros íntimos ou entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente. Engloba toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou liberdade e direito ao pleno desenvolvimento de outra pessoa da família. O segundo subgrupo de violência interpessoal compreende a violência extrafamiliar/comunitária. É definida como aquela que ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos ou desconhecidos, porém sem vínculos familiares. É praticada por meio de agressão às pessoas, por atentado à sua integridade e vida e/ou a seus bens e constitui objeto de prevenção e repressão por parte das forças de segurança pública e sistema de justiça (OMS, 2015).

Desse modo, feitas as delimitações conceituais, passaremos ao recorte espacial e temporal do capítulo. Nossa análise sobre o fenômeno da violência terá como recorte territorial o litoral do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil. O recorte temporal será o período entre os anos de 2014 e 2017, onde a taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) do Estado ficou abaixo da média nacional (21,09 estadual e 24,23 nacional). Os dados serão analisados a partir de fontes oficiais de registro e, embora a produção cartográfica demonstre informações de todo o estado, nosso esforço de análise será apenas na região do litoral do Paraná, para que assim possamos traçar um panorama sobre a violência nesta região.

Identificando lacunas sobre análises regionais, destacamos a necessidade de relatar as violências cometidas no litoral do Paraná. Para isso, traçamos um panorama das violências com base nos registros oficiais de duas bases de dados: o SINAN (Sistema

de Informação de Agravos de Notificação) e o SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), a fim de apontar a gravidade do problema no litoral paranaense, assim como para a necessidade de medidas amplas e integradas para se enfrentar o problema, tendo como alvo a população mais vulnerável.

Almejamos com este capítulo, evidenciar um retrato da violência no âmbito regional, como uma das produções de nosso Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Território, Diversidade e Saúde (TeDiS/CNPq), que se debruça sobre diferentes análises territoriais de problemas como a violência e sua relação com os determinantes socioambientais da saúde. Desse modo, cientes dos desafios de conceituar e quantificar a violência, passaremos a análise e apresentação dos dados. O capítulo é dividido em seções, de acordo com a tipologia da violência e com as bases de dados consultadas. Primeiramente são abordados os dados de violência do SIM, organizados em violência autoprovocada (suicídios) e interpessoal (homicídios). A seguir serão apresentados e discutidos os dados do SINAN, que compreende as violências não-letais. Buscaremos debater um pouco sobre os achados, problematizando questões no intuito de traçar um panorama dessa problemática no cenário regional.

## **Análise dos dados: os suicídios no litoral do Paraná**

Nesta seção apresentamos uma análise dos dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do SIM e do SINAN, sistemas que compõem o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A partir desses dados iremos traçar o retrato da violência no litoral do Paraná entre os anos de 2014 e 2017.

O suicídio é uma das violências auto infligidas que consta nas tipologias de violência propostas pela OMS. O SIM contém o registro de número de suicídios por município, ano de ocorrência,

além do perfil das vítimas e meios de agressão. Com base nos registros do SIM e nos dados populacionais por município do censo do IBGE (2010), compilamos as taxas de suicídios por 100 mil habitantes, para assim poder comparar a quantidade proporcional em municípios que possuem quantitativos populacionais distintos. A tabulação dos dados de suicídio nos ajuda a fornecer um retrato mais completo dos diferentes tipos de violência, mas também para perceber situações de distúrbio social do território, como dito por Émile Durkheim (1986), em sua obra "O suicídio", em que o suicídio é um sintoma de problemas sociais, não sendo algo apenas individual, mas uma consequência de anomalias sociais.

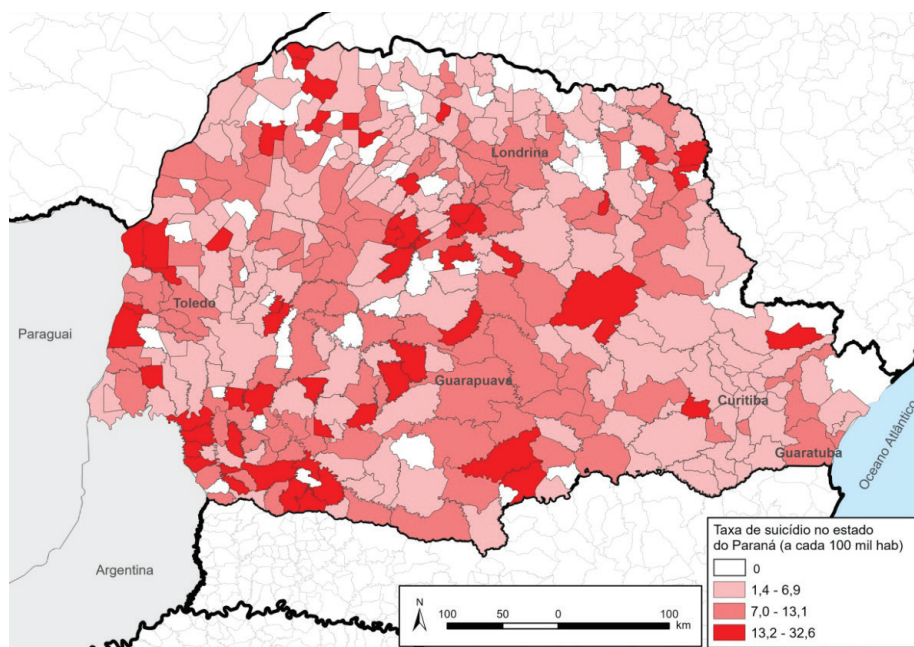
No quadro 1 apresentamos os dados de suicídios por municípios do litoral paranaense entre 2014 a 2017, em números absolutos, por 100 mil habitantes, segundo gênero e raça/cor. O período delimitado é com base na disponibilidade de dados consolidados, sendo que 2018 ainda não está disponível, e para efeitos comparativos, os dados de notificação de violência não-letal (SINAN) só estão consolidados nacionalmente a partir de 2014.

**QUADRO 1 - MORTALIDADE POR SUICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ (2014 A 2017): NÚMEROS ABSOLUTOS, TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO**

Municípios/ Estado/ País	Número total de suicídio (2014 a 2017)	Taxa por 100 mil	Raça/Cor						Gênero		
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Ignorado	M	F	Ignorado
Antonina	3	3,86	3	0	0	0	0	0	3	0	0
Guaraqueçaba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guaratuba	18	12,79	17	0	1	0	0	0	11	7	0
Matinhos	12	9,20	11	0	1	0	0	0	8	4	0
Morretes	7	10,65	6	0	1	0	0	0	7	0	0
Paranaguá	19	3,15	18	0	1	0	0	0	11	8	0
Pontal do Paraná	4	4,11	3	0	1	0	0	0	2	2	0
Paraná	2891	6,47	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	45759	5,60	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

O que podemos perceber é que Guaratuba apresentou uma taxa muito acima da média comparada aos outros municípios do litoral do Paraná. Também é bem acima da média nacional e estadual, aproximadamente o dobro das taxas de suicídio do Paraná e do Brasil no período 2014 a 2017. Taxas bastante altas de suicídio também foram observadas em Morretes e Matinhos. Por outro lado, Guaraqueçaba não apresentou suicídios no período. A Figura 1 representa o mapa dos suicídios do Estado do Paraná, permitindo uma comparação dos municípios do litoral com o restante do estado.



**FIGURA 1 - MAPA DAS TAXAS POR 100 MIL HABITANTES POR SUICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (2014 A 2017)**

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

Embora as mulheres estejam mais propensas a tentar suicídio como cita Lovisi et al. (2009) e Bernardes, Turini e Matsuo (2010), os homens estatisticamente possuem maior êxito no acontecimento, sugerindo que os homens têm uma intenção

de morte mais forte e assim utilizando de métodos mais letais. (WANZINACK; TEMOTEO; OLIVEIRA, 2018).

Outro ponto revelador das informações disponíveis é a inexistência dos registros de suicídios de pessoas pretas, amarelas e indígenas, indicando a demanda de estudos sobre o processo de autodeclaração em vida da população junto aos serviços de saúde e de segurança pública, bem como da demanda de realização de autopsias psicológicas para a identificação da raça/cor dos suicidas. No quadro 2 se detalha a causa da violência autoprovocada.

**QUADRO 2 - MÉTODO ADOTADO NOS SUICÍDIOS PRATICADOS NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE NO PERÍODO DE 2014 A 2017**

CAUSA DA VIOLÊNCIA	Nº ÓBTOS POR OCORRÊNCIA	%
Auto-intoxicação intencional a narcóticos e psicodislépticos [alucinógenos] – Não Classificados em Outras Partes	1	1,6%
Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a outras substâncias farmacológicas de ação sobre o sistema nervoso autônomo	1	1,6%
Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a outras drogas, medicamentos e substâncias biológicas e as não especificadas	5	8,1%
Lesão autoprovocada intencional enforcamento, estrangulamento e sufocação	44	72,1%
Lesão autoprovocada intencional por afogamento submersão	2	3,2%
Lesão autoprovocada intencional disparo por arma de fogo de mão	2	3,2%
Lesão autoprovocada intencional por disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente pela fumaça, pelo fogo e por chamas	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente por objeto cortante penetrante	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente, precipitação de um lugar elevado	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente por outros meios específicos	1	1,6%
Lesão autoprovocada intencionalmente por meios não específicos	1	1,6%

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

No quadro 2, sobre os métodos adotados que resultaram em suicídio, é evidente que a maior causa é o enforcamento, com quase dois terços do total, seguidos de intoxicação por substâncias medicamentosas, drogas ou outras substâncias biológicas. Os dados relativos ao método empregado para o suicídio con-



trastam com os casos de mortes causadas por homicídios, que serão abordados na próxima seção e os quais as armas de fogo têm maior relevância. Nos suicídios no litoral paranaense, pelo contrário, temos poucos casos registrados com armas de fogo, correspondentes a menos de 5% dos casos.

## Os homicídios no litoral do Paraná

Dentre os diferentes tipos de violência que se manifestam na sociedade, o homicídio é o resultado mais visível de comportamentos violentos registrados em estatísticas oficiais. Em 2017, as taxas de homicídios no Brasil, segundo dados do SIM do Ministério da Saúde: foram 34 homicídios a cada 100 mil habitantes. Ao todo, ocorreram 65.602 homicídios em 2017 no Brasil, um aumento de 4,94% em relação a 2016.

Tanto as diferentes modalidades de violência, num espectro mais amplo, quanto a violência homicida num espectro mais específico, causam diversas consequências para as pessoas e espaços onde se manifestam. Os impactos incluem desde o trauma individual sofrido pelas vítimas e familiares, até impactos na economia, uma vez que grande quantidade de recursos são deslocados para ações de combate à violência. Estima-se que no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017) o custo da violência atinge 5,9% do PIB o que corresponde a R\$ 372 bilhões a cada ano (WANZINACK, 2018).

Homicídios existem nas mais diversas macros e microrregiões brasileiras, porém sua distribuição geográfica não se dá de forma homogênea. Os homicídios vêm aumentando nos últimos anos tanto nas capitais e regiões metropolitanas, como no interior, inclusive em municípios de menor porte (WANZINACK; SIGNORELLI; REIS, 2018).

O quadro 3 representa indicadores de homicídio do litoral paranaense no período (2014-2017), considerando números abso-

lutos por município, a taxa anual por 100 mil habitantes, e ainda segundo sexo raça/cor.

**QUADRO 3 - MORTALIDADE POR HOMICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ (2014 A 2017): NÚMEROS ABSOLUTOS, TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO**

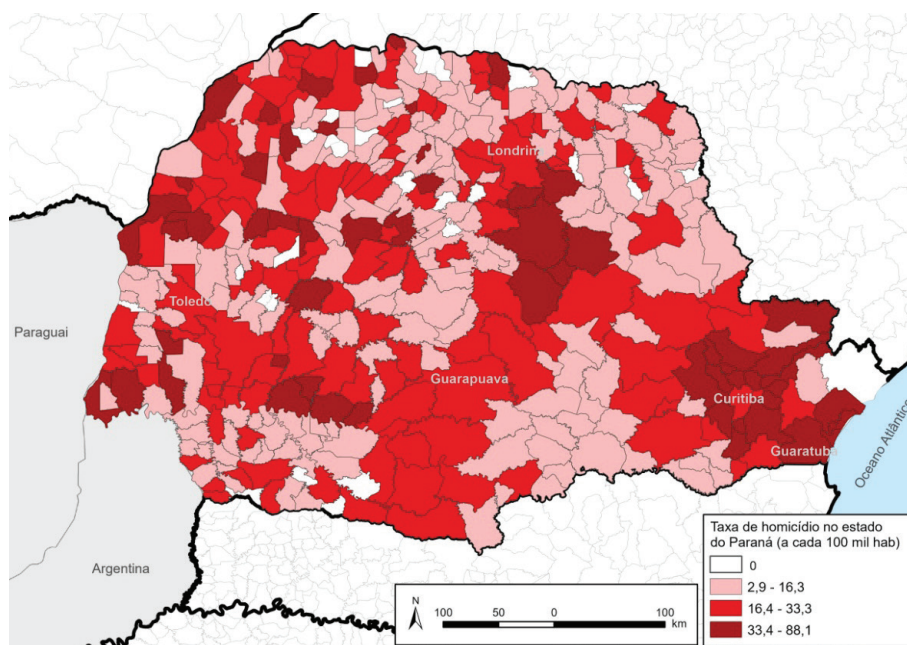
Municípios/ Estado/ País	Número total de homicídio (2014 a 2017)	Taxa por 100 mil	Raça/Cor						Gênero		
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Ignorado	M	F	Ignorado
Antonina	9	11,59	8	0	0	0	0	1	8	1	0
Guaraqueçaba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guaratuba	83	58,98	55	0	23	0	1	4	78	4	1
Matinhos	74	56,76	50	3	19	0	0	2	68	6	0
Morretes	15	22,82	12	0	3	0	0	0	14	1	0
Paranaguá	216	35,84	146	6	59	0	0	5	203	12	1
Pontal do Paraná	39	40,04	27	2	9	0	0	1	39	0	0
Paraná	11774	26,37	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	247673	30,29	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

O quadro 3 nos traz um retrato sobre quais cidades tem as maiores taxas de homicídios (proporcionais a 100 mil habitantes) e conseqüentemente, podemos dizer quais são mais violentas dentro da nossa área de estudo, no período 2014 a 2017. Assim, se percebe que Matinhos e Guaratuba figuram bem acima da média das demais cidades da região, e também bem acima da média estadual e nacional. Outro dado relevante é que das sete cidades constantes no quadro, quatro estão acima das médias estadual e nacional. Outro ponto que chama atenção é que a maioria das vítimas de homicídios são homens, assim estando a população masculina mais vulnerável a ser vítima de homicídio no litoral do Paraná. Esse resultado regional corrobora outras pesquisas que investigaram a relação entre o sexo das vítimas de homicídio na conjuntura brasileira, evidenciando que no país os homens são disparadamente mais assassinados que mulheres (WANZINACK, SIGNORELLI; REIS, 2018). Outra constatação é que o município de Guaraqueçaba, que compõem nossa área de análise, não registrou casos de homicídios nos últimos dez anos.

A Figura 2 representa as taxas médias anuais de homicídios no período 2014 a 2017 no Estado do Paraná, permitindo a comparação da situação regional com o restante do Estado.

Outra informação importante analisada é como as pessoas são assassinadas, ou seja, qual é o tipo de agressão sofrido pela vítima que a levou a óbito. No quadro 4, esses dados foram detalhados para assim fazermos a nossa análise.



**FIGURA 2 - MAPA DAS TAXAS POR 100 MIL HABITANTES POR HOMICÍDIO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (2014 A 2017)**

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

**QUADRO 4 - HOMICÍDIOS PRATICADOS NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE NO PERÍODO DE 2014 A 2017, SEGUNDO OS TIPOS DE AGRESSÃO**

TIPOS DE AGRESSÃO	Nº ÓBTOS POR OCORRÊNCIA	%
Agressão por enforcamento, estrangulamento, sufocação	11	2,52%
Agressão por disparo de arma de fogo de mão	31	7,11%
Agressão por disparo de outra arma de fogo ou não especificados	249	57,11%
Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas	4	0,92%
Agressão por objeto cortante ou penetrante	88	20,18%
Agressão por meio de um objeto contundente	22	5,05%
Agressão por meio de impacto de veículo a motor	3	0,69%
Agressão por meio de força corporal	24	5,50%
Agressão por outros meios específicos	1	0,23%
Agressão por meios não específicos	2	0,46%
Intervenção legal	1	0,23%

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

Podemos observar que as maiores causas dos homicídios registrados no litoral paranaense entre 2014 a 2017 são por armas de fogo, representando a maioria das ocorrências. Em números absolutos contabilizam o total de 280 casos (somados os tipos “agressão por disparo de arma de fogo de mão” juntamente com “agressão por disparo de arma de fogo ou arma não especificados”) de um total de 436 casos. Sendo, desse modo, correspondentes a 64,2% dos tipos de homicídios praticados na região. Esse dado sinaliza uma bandeira amarela para questões relacionadas à flexibilização do porte de armas, em discussão no cenário político brasileiro atualmente. Questiona-se se esses dados não seriam maiores ainda com a população com maior acesso a armas de fogo?

## As notificações de violências não-letais

Os dados que utilizaremos a seguir foram tabulados com base no banco de dados do SINAN, referente ao período entre 2014 e 2017. O SINAN tem como objetivo coletar, transmitir e dis-

seminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de governo, por intermédio de uma rede informatizada para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica.

Da perspectiva epidemiológica, é importante ressaltar que a atual composição da ficha de notificação individual da violência interpessoal e autoprovocada teve sua última alteração em 2014, onde passou a incluir, de maneira inédita no Brasil, questões relacionadas à identidade de gênero e a orientação sexual. A Portaria 204 de 17 de fevereiro de 2016 tornou compulsória a notificação das violências, fato este que explica a irregularidade temporal nos dados disponíveis de violência, já que os serviços de saúde ainda estão em processo de implantação e aderência na rotina do trabalho das notificações de violência interpessoal e autoprovocada.

O quadro 5 se refere ao número total de notificações de violência, segundo gênero e raça/cor, com base no registro do SINAN entre 2014 e 2017 para o litoral paranaense.

**QUADRO 5 - TOTAL DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA NÃO-LETAL, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO, DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE ENTRE 2014 E 2017**

Municípios/ Estado/ País	Número total de notificações (2014 a 2017)	Raça/Cor						Gênero		
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Ignorado	M	F	Ignorado
Antonina	149	82	0	16	0	0	51	81	68	0
Guaraqueçaba	3	1	0	2	0	0	0	0	3	0
Guaratuba	303	227	6	43	0	0	27	52	251	0
Matinhos	868	449	0	388	0	2	6	507	361	0
Morretes	132	99	4	29	0	0	0	18	114	0
Paranaguá	567	332	22	161	4	2	45	211	356	0
Pontal do Paraná	250	188	23	35	3	0	0	116	134	0
Paraná	92.096	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	976.640	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SINAN (2019).

Os dados do quadro 5, posicionam Matinhos como uma das melhores notificadoras de violência interpessoal e autoprovocada junto ao SINAN, seguido por Paranaguá e Guaratuba. Também são as três cidades com maior taxa de homicídios no litoral paranaense, como demonstra o quadro 3. Uma relação que põe em destaque essas cidades para a análise da violência, pois tais dados indicam uma violência acima da média e dá subsídios para o aprofundamento das causas em futuros estudos. Todavia, os dados de violência não-letal devem ser analisados com cautela, pois é possível que o município de Matinhos esteja notificando mais casos de violência que os demais municípios, pois investe mais no treinamento de suas equipes para a identificação e notificação de violências, o que não significa necessariamente que Matinhos seja mais violento que os demais. Outro aspecto interessante de se notar é como esses dados, no que se refere ao gênero, contrastam com os de homicídios, os quais a maioria absoluta são de homens. No caso das violências não-letais há uma distribuição mais equilibrada de registros entre homens e mulheres. Mas isso iremos aprofundar na nossa conclusão mais adiante.

## As notificações do SINAN e a motivação da violência

Os campos de motivação da violência interpessoal existentes na ficha são: Sexismo, LGTBTfobia, Racismo, Intolerância religiosa, Xenofobia, Conflito Geracional, Situação de Rua e Deficiência. Para melhor compreender os dados, antes apresentaremos os conceitos mais importantes das motivações citadas.

O sexismo, inicialmente, pode ser baseado na ideia central de que os homens estão em condições superiores das mulheres, gerando situações de desigualdade, em um conceito que se aproxima muito do machismo, mas vai além. O sexismo trata de atitudes discriminatórias que definem quais usos e costumes devem ser respeitados por cada sexo, desde o modo de vestir até o comportamento social adequado, tema que pode ser relacionado de modo correlato com o racismo (Gonzales, 1980). Um exemplo nítido e usado de modo provocativo para se pensar, é que meninas devem vestir rosa e brincar de boneca, enquanto meninos devem vestir azul e brincar de carrinho. Assim, o sexismo se manifesta desde a primeira infância e percorre toda a vida das mulheres, até na escolha de profissões, desigualdade de renda, e produção de violência pelos homens contra as mulheres. Sexismo age com objetivo de se estipular um comportamento padrão esperado para homens e mulheres, legitimando a violência contra as mulheres, principalmente quando elas fogem à norma esperada. O termo foi usado pela primeira vez, segundo Mary Kosut (2012), em 1965 por Pauline M. Leet durante um "Student-Faculty Forum" no Franklin and Marshall College (Pensilvânia, EUA).

A LGTBTfobia (lesbo-, gay-, bi-, trans-fobia) comumente chamada apenas de homofobia, é definida pela Comissão da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB (2017), como "ato ou manifestação de ódio ou rejeição a homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais". O Racismo pode ser conceituado, grosso modo, como o preconceito e a discriminação

com base em percepções baseadas em diferenças biológicas entre as pessoas e os povos, porém esse conceito não é suficiente para explicar o racismo institucional em um país como o Brasil. A construção identitária nacional sofreu uma grande influência das obras Freyre (1933) que exalta a miscigenação e cria o discurso da democracia racial. Tal discurso esconde o racismo e impossibilita o reconhecimento da negritude e do racismo. Talvez por isso no quadro 6 não conste nenhuma notificação de violência racial na região, pois essas relações são invisibilizadas por esse processo iniciado pós anos 1930.

A intolerância religiosa é toda e qualquer forma de discriminação e violência sofrida por razão de escolha religiosa (SILVA, 2007; 2012), sofrendo uma maior violência as religiões de matrizes africanas, como candomblé e umbanda, o que reflete um certo preconceito religioso interconectado com o racismo (Almeida, 2009).

A xenofobia é a violência causada ao estrangeiro ou ao brasileiro de outras regiões, principalmente das regiões Norte e Nordeste, em se tratando de dados referentes à região Sul. As pessoas em situação de rua, segundo definição da Secretaria Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2009), são aquelas que estão vivendo na rua, não tendo um domicílio fixo, estando em um estado de grande vulnerabilidade, portanto é comum manifestações de violência contra esse grupo.

A pessoa com deficiência, segundo o Artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).



Portanto, toda violência contra pessoas com deficiência entra nesse grupo. Agora que definimos os conceitos contidos no quadro 6, podemos observar o quantitativo relacionado às motivações que causaram os atos de violências notificados no litoral paranaense, no período 2014 a 2017.

**QUADRO 6 - TOTAL DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA NÃO-LETAL, SEGUNDO A MOTIVAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE ENTRE 2014 E 2017**

Municípios	Sexismo	LGBTfobia	Racismo	Intolerância Religiosa	Xenofobia	Conflito Geracional	Situação de Rua	Deficiência	Outros	Não Se Aplica	Ignorado
Antonina	2	0	0	0	0	0	3	1	17	8	95
Guaraqueçaba	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1
Guaratuba	3	2	0	0	0	5	13	0	44	41	174
Matinhos	67	3	0	0	2	92	426	10	22	83	78
Morretes	0	0	0	0	0	0	0	0	10	14	96
Paranaguá	79	3	0	0	0	21	12	7	112	96	80
Pontal do Paraná	2	1	0	0	0	23	7	2	42	61	6

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SIM/DATASUS (2019).

Os dados em destaque no quadro 6 apontam, primeiro, que as violências com a motivação relacionadas contra a população de rua obtiveram 426 notificações no município de Matinhos, seguido por conflito geracional (92), e o terceiro sendo sexismo com 79 notificações registradas em Paranaguá. Outros dados alarmantes são referentes ao número de notificações ignoradas em Guaratuba com 174 notificações registradas, e outros tipos de violência, obtendo 112 registros em Paranaguá. Mais um ponto que merece atenção é não ter nenhuma notificação sobre racismo, o que já foi inicialmente analisado acima, e que talvez tenha relação com a invisibilidade da questão racial através do discurso da democracia racial de Freyre (1933), que traz a problemática do racismo institucional.

Para melhor entender as motivações da violência sofrida, é interessante também, observar quais foram os tipos (tipologia) de violência sofridas na região, com base no registro do SINAN.

Para isso observamos os dados do quadro 7, a respeito da tipologia das violências.

**QUADRO 7 - TOTAL DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA NÃO-LETAL, SEGUNDO A TIPOLOGIA, NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE ENTRE 2014 E 2017**

Municípios	Física	Psicológica/Moral	Tortura	Sexual	Tráfico de Seres Humanos	Financeiro/Econômico	Trabalho Infantil	Intervenção Legal	Autoprovocada	Não Se Aplica	Ignorado
Antonina	132	16	5	5	0	1	0	0	25	0	0
Guaraqueçaba	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guaratuba	263	122	15	38	1	3	1	4	36	0	0
Matinhos	752	6	2	18	1	1	0	0	127	0	0
Morretes	122	27	4	1	0	0	1	1	3	0	0
Paranaguá	490	159	86	87	0	6	0	0	74	0	0
Pontal do Paraná	205	87	3	10	0	1	2	0	29	0	0

FONTE: Organizado pelos autores a partir de SINAN (2019).

Os principais tipos de violências notificadas foram a física em primeiro lugar em todas as cidades do litoral paranaense, em segundo a psicológica/moral (exceto Antonina e Matinhos), revelando maior quantidade no município de Paranaguá, e não apresentando nenhuma notificação em Guaraqueçaba. Em terceiro, a violência autoprovocada (que é segunda em Antonina e Matinhos), que inclui as tentativas de suicídio e automutilação, sem resultar em suicídio (não-letal). Esse dado reforça a necessidade de intensificação de campanhas e estratégias de prevenção ao suicídio, como por exemplo, o mês setembro-amarelo de prevenção ao suicídio, já que o tema ainda é considerado um tabu. Guaraqueçaba mais uma vez não aponta registros dessas notificações (tentativas de suicídio ou automutilação). A relação entre violência física e psicológica pode ser explorada como duas faces da mesma moeda, que a violência psicológica antecede e/ou complementa a violência física, sendo esta última o último “estágio” de um longo caminho de violência sofridas. Isso fica evidente no artigo “Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica”, onde Silva,

Coelho e Caponi (2007), afirmam que “pela sua característica, a violência psicológica no interior da família, geralmente, evolui e eclode na forma da violência física”. A violência sexual sendo um crime socialmente punitivo, apresenta maior número de casos notificados no município de Paranaguá, que é também o mais populoso da região.

## **Considerações Finais**

A análise das informações existentes sobre violência interpessoal, autoprovocada e homicídios possibilitou a construção de um retrato sobre a violência no litoral do Paraná entre os anos de 2014 e 2017. No tocante ao suicídio, chama atenção a taxa registrada no município de Guaratuba, muito acima das médias regionais, estadual e nacional. Também ficou evidenciado que homens registram maior número de suicídio que mulheres, algo que vai de encontro ao padrão observado no restante do Brasil, sendo necessária ampliação de estratégias com foco nesse grupo populacional, visando sua prevenção. Nítido também é o posicionamento dos homens como os mais vulneráveis em relação aos homicídios (quadro 3), sendo ampla maioria das vítimas. Já com relação ao método, são as armas de fogo as responsáveis pela grande maioria dos homicídios (quadro 4). Assim, quando nos referimos às violências com base em homicídios e suicídios, os homens estão em situação de maior vulnerabilidade.

O panorama se modifica quando as informações exploradas são aquelas da violência interpessoal e autoprovocada, onde podemos perceber o sexismo com relevância mister. Nesse caso, diferencia-se a situação de vulnerabilidade do homem para mulher. Se o homem é vulnerável na rua, a mulher tem sua maior vulnerabilidade dentro de casa. A sensibilização de profissionais de saúde e o amplo debate midiático sobre o feminicídio reflete

positivamente nos dados da violência contra mulher, que ainda assola um país estruturado no sexismo branco e heteropatriarcal.

Em relação a violência física e a violência psicológica sinalizamos para um escalonamento da violência que pode ir da violência psicológica para física (SILVA, COELHO; CAPONI, 2007), inclusive culminando em outras formas de violência letal. Assim a violência psicológica e moral muitas vezes pode anteceder a violência física, sendo, portanto, um alvo necessário na implementação de políticas de prevenção.

Desse modo, estabelecemos um retrato da violência no litoral do Estado do Paraná que pode ser percebido nas diferenças das violências sofridas de acordo com gênero, onde o homem é mais vulnerável à suicídios e homicídios no ambiente da rua, enquanto a mulher tem uma maior vulnerabilidade no âmbito doméstico, sofrendo vários tipos de violências, dentre elas a psicológica e a física. As notificações de violência não-letal geralmente ocorrem nos estabelecimentos de saúde, constituindo-se em um local de apoio imediato após agressão. Assim, abre-se a chave para pensar violência e saúde pública como relevante para o estudo e a investigação regional, principalmente com recortes específicos de gênero.

Outro ponto importante é a subnotificação (muitos casos registrados como ignorados) e falta de notificações de casos de violência racial. Os dados (ou a ausência deles, sobretudo do racismo) reiteram a tese da naturalização do racismo, baseado principalmente no discurso da democracia racial fruto do que foi denominado miscigenação (FREYRE, 1933) e a carência dos profissionais de saúde em encarar o marcador de raça/cor como um determinante social da saúde. Esta é uma problemática que implica em outros debates que, neste escopo e diante das restrições que um capítulo de livro possui, possibilita indicar para essa potente agenda de pesquisa e intervenção.

Por fim, reconhecemos as limitações de nosso estudo, que se propõe a ser um ponto de partida, um retrato do panorama regional, para que possa subsidiar *a posteriori* reflexões sobre as relações de violência e como gênero e raça (mesmo a partir da sua invisibilidade) estão presentes e são de grande importância para se pensar essa problemática. O trabalho também almeja provocar novos estudos, mais aprofundados sobre cada um dos tipos de violência abordados, além de tensionar a implementação de estratégias e políticas públicas para lidar com a problemática na região.

## Agradecimentos

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica da 1ª autora; à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) pelo apoio na obtenção dos dados e ao Ministério da Saúde pelo apoio financeiro do estudo.

## Referências

- ALMEIDA, R. **A Igreja Universal e seus demônios**: um estudo etnográfico. Terceiro Nome, 2009.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.
- ARTICULAÇÃO PARA O COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL (CRI). **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília: CRI, 2006.
- AZEVEDO, N. T. A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010. **Guaju**, v. 2, n. 2, p. 89-124, 2016.
- BONDS, A. Beyond white privilege: geographies of white supremacy and settler colonialism. **Progress in Human Geography**, v. 40, n. 6, p. 715-733, 2015.
- BONDS, A. Race and ethnicity I: property, race, and the carceral state. **Progress in Human Geography**, v. 43, n. 3, p. 574-583, 2018.

- BOURDIEU, P. A excelência e os valores do sistema de ensino francês. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua: aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil**: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.
- CLARNO, A. **Neoliberal Apartheid: Palestine/Israel and South Africa after 1994**. University of Chicago Press, 2017.
- CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. **Geografia e Giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017. p. 15-36.
- DELANEY, D. The space that race makes. **The Professional Geographer**, v. 54, n. 1, p. 6-14. 2002.
- DURKHEIM, E. **O suicídio**. Paris: PUF, 1986.
- DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo, In: Lander, E. (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso. 2000.
- DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p. 51-73, 2016.
- FANON, F. **Les damnés de la terre**. Paris: La Découverte. 2002.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA. 2008.
- FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- FREUD, S. **Os instintos e suas vicissitudes**. Rio de Janeiro: Imago. 1974.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>
- KANT, I. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KRUG, E. G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

- LOMBROSO, C. **O Homem Delinquente**. São Paulo: Ícone, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do Partido comunista**. Moscou: Progresso, 1972.
- MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. UFRJ: n-1 edições, 2018.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). Comissão da Diversidade Sexual. Nota de apoio da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível: < <https://www.oab-bnu.org.br/noticias-e-artigos/noticias/17231-10-10-comissao-da-diversidade-sexual-do-conselho-federal-da-oab-divulga-nota-de-apoio.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a prevenção da Violência 2014**. São Paulo: 2015.
- PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.
- PERES, M. F. T. **Violência por armas de fogo no Brasil** - Relatório Nacional. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 2004.
- PELLEGRIN, P. De Aristóteles a Tomás de Aquino. **Scientific American Brasil**, n. 10, p. 16-19, 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. ano 17, n. 37, 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SIM). TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO SUS. (DATASUS). **SIM-Sistema de Informações de Mortalidade**. 2019. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>>
- SCHNEIDER, D. **Violência(s), gênero e território: mulheres trabalhadoras da Segurança Pública no Litoral Paranaense**. 143f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2015.
- SIGNORELLI, M. C.; AUAD, D.; PEREIRA, P. P. G. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 6, p. 1230-1240, 2013.
- SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007.
- SILVA, V. G. Intolerância religiosa - Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SILVA, V. G. Exu do Brasil: tropos de uma identidade afro-brasileira nos trópicos. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 2, p. 1085-1114, 2012.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN). TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO SUS (DATASUS). **Sinan**. 2019. Disponível em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/>>

WANZINACK, C.; SIGNORELLI, M. C.; REIS, C. Homicides and socio-environmental determinants of health in Brazil: a systematic literature review. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, p. e00012818, 2018.

WANZINACK, C. **Violência, território e desenvolvimento**: uma proposta de análise dos Homicídios do Brasil baseada nos determinantes socioambientais da saúde. 118 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.

ZINGANO, M. A. A. **Platão e Aristóteles**: os caminhos do conhecimento. São Paulo: Odysseus, 2002.

ZIZEK, S. **A violência**. São Paulo: Boitempo, 2010.





Formato: 16x23  
Tipologia: Josefin Sans  
Papel: Pólen 80g /m2 (miolo)  
Cartão Supremo 250g / m2

2020  
Curitiba/Paraná

Não encontrando nossos títulos na rede  
De livrarias conveniadas e informadas em nosso site  
Contactar a Editora Brazil Publishing:  
Tel: (41) 3022-6005  
[www.aeditora.com.br](http://www.aeditora.com.br)  
[aeditora@aeditora.com.br](mailto:aeditora@aeditora.com.br)